



**APCDPrev**  
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE  
CIRURGIÕES - DENTISTAS

# Relatório Anual 2010



## ÍNDICE

Introdução	3
1. Cenário Econômico	5
2. Demonstrações Contábeis e Financeiras	8
3. Informações Referentes à Política de Investimentos 2011 e Regulamento do Plano	18
4. Distribuição de Investimentos	20
5. Parecer dos Auditores Independentes	21
6. Parecer Atuarial	23
7. Parecer do Conselho Fiscal	27
8. Manifestação do Conselho Deliberativo	28



## Introdução

A Diretoria Executiva da APCDPrev, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2010.

Encerramos o exercício de 2010 com 1.174 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

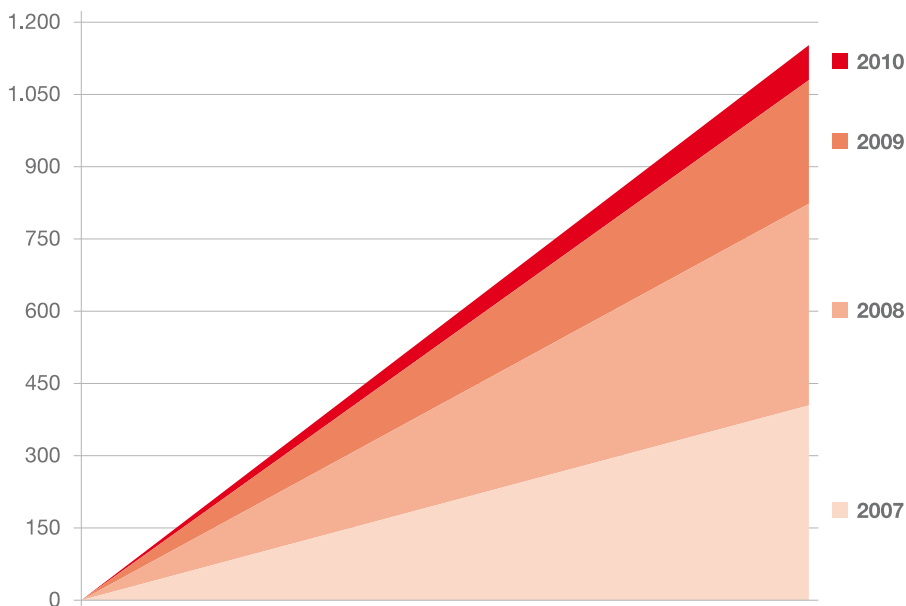
INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2008	2009	2010
Nº de Participantes*	824	1.084	1.174
Idade média (anos)	37,19	37,23	37,82
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	0,85	1,5	2,26
Contribuição média	R\$ 137,80	R\$ 139,87	R\$ 149,80
Saldo individual médio	R\$ 2.628,83	R\$ 3.927,13	R\$ 5.539,85

(\*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes em 2010 na ordem de 8,30%, quando comparado com o exercício de 2009.



## DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



### **Assistidos**

O Plano APCDPrev não possui Participantes Assistidos.

### **Pensionistas**

O Plano APCDPrev não possui beneficiários em gozo de benefício de pensão por morte.

Desde o início do funcionamento da entidade, em agosto de 2007, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade.

Com o envio do documento, a APCDPrev mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

# 1 Cenário Econômico



O Brasil registrou forte crescimento econômico em 2010. A nossa estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2010 é de 7,4% sobre o resultado de 2009.

Os números finais serão divulgados somente no mês de março. É verdade que 2009 foi um ano de desempenho fraco, sobretudo no primeiro trimestre do ano. Isto foi ainda reflexo negativo da crise internacional de liquidez instaurada após a quebra do Banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos, e as suas implicações sobre as economias desenvolvidas. A taxa de crescimento da economia brasileira de mais de 7% em 2010 representará a maior taxa de crescimento histórica dos últimos 25 anos.

Em forte contraste com o bom ano de 2010, o cenário econômico no começo de 2009 se mostrava muito sombrio e uma longa recessão parecia inevitável. Em outras palavras, naquela época, as perspectivas do Brasil não pareciam ser muito diferentes daquelas perspectivas negativas que assolavam a maioria dos países ricos. Contudo, afortunadamente, o país respondeu com rapidez aos estímulos das políticas fiscais e monetárias expansionistas do governo, e a forte desaceleração inicial do ritmo de crescimento só durou dois trimestres. Mesmo assim, o PIB se retraiu 0,64% em 2009. Após esse desempenho lamentável, o PIB brasileiro cresceu à taxa de 8,4% nos três primeiros trimestres de 2010 em relação ao mesmo período em 2009. E, como mencionamos acima, quando os dados finais forem divulgados, nós esperamos taxa de crescimento de, aproximadamente, 7,5% para o ano de 2010. Esta taxa não somente será a maior taxa de crescimento econômico desde meados da década de oitenta no Brasil, senão que, pela primeira vez, não ficaria muito distante das taxas de crescimento dos gigantes emergentes, China e Índia, cujas expectativas de crescimento de 2010 são de 10,3% e 9,1%, respectivamente. O consumo das famílias brasileiras tem se mantido extremamente aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais.

A produção industrial no Brasil cresceu de forma muito acentuada até o final do primeiro trimestre de 2010 e depois desacelerou, mas mesmo assim o ano terminou com um volume de produção industrial, em média, 10,5% maior do que no fraco ano de 2009. Assim, após o ano de 2009 ter terminado significativamente melhor do que começou, 2010 foi um marco importante, pois foi iniciado um novo ciclo longo de crescimento econômico no país. Nós esperamos que haja continuidade nos grandes aspectos de condução da política econômica nos próximos anos, sob o comando da nova Presidente Dilma Rousseff, de modo que não devemos esperar grandes sustos que possam representar alguma descontinuidade mais séria. De todo modo, um forte e sério ajuste fiscal não é somente necessário, mas indispensável para manter um ambiente macroeconômico estável e favorável aos investimentos e desenvolvimento dos novos negócios de que o país tanto precisa.



Em linha com o excelente desempenho econômico, a taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam de falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 5,3% em dezembro de 2010. Essa taxa foi de 6,8% um ano antes, e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do Presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real das pessoas ocupadas tem crescido significativamente acima da inflação, a taxas de cerca de 6%, o que não é sustentável em um ambiente de estabilidade de preços.

Assim como mencionamos nos parágrafos anteriores, o lado real da economia está indo muito bem, mas, em contraposição, a trajetória da inflação já é bastante preocupante. Com efeito, a taxa de inflação, de acordo com preços ao consumidor do IPCA, fechou em bem comportados 4,31% em 2009 e acelerou para 5,91% no fechamento de 2010. Isto é, a taxa de inflação de 2010 ficou muito acima da meta central de inflação de 4,5% para o ano, e continuou crescendo no começo de 2011 para perigosos 5,99% nos doze meses, terminados em janeiro deste ano. Além disso, o IGP-M que corrige vários contratos – entre eles os aluguéis – passou de uma deflação de 1,72% em 2009 para uma inflação de dois dígitos em 2010: 11,32%.

Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central começou um processo de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época, para 10,75% ao ano em julho de 2010. A taxa de juros de referência permaneceu nesse patamar até janeiro de 2011, apesar do aumento constante da inflação corrente e as próprias expectativas de inflação futura. De fato, antes da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em janeiro deste ano, já se sabia que o IPCA tinha fechado em uma perigosa taxa de 5,91% em 2010 e que o consenso de mercado apontava para uma taxa de, no mínimo, 5,5% para 2011. A diretoria do Banco Central do novo governo teve que enfrentar o fantasma da inflação já na primeira reunião do ano, aumentando a taxa Selic de 10,75% ao ano em dezembro de 2010 para 11,25% ao ano para vigorar a partir do dia 20 de janeiro. Em meados de fevereiro deste ano, o consenso de mercado para o IPCA fechado de 2011 estava acima de 5,8% e a nossa estimativa atual é mais alta do que isso: 6,1%. Isto é, bem no começo do ano, não considerando choques externos de pressão inflacionária que possam vir a aparecer, a estimativa de inflação já se aproxima de forma perigosa do teto do intervalo aceito no regime de metas de inflação, que é de 6,5%. Assim, o Banco Central precisará agir de forma muito firme e rápida para fazer com que a trajetória de inflação convirja em direção à meta central de 4,5%, ainda que isto só venha a acontecer em um prazo mais longo – a partir da segunda metade de 2012.



Para tal, nós estimamos que a Selic terá que aumentar mais do que o atual consenso de mercado, que a situa ao redor de 12,5% para o fim deste ano. A nossa expectativa é que será necessário elevar a Selic para um patamar mais perto de 14% – entre 13,5% e 14% ao ano – especialmente diante de uma política fiscal que ao que tudo indica continuará extremamente frouxa e expansionista.

Por fim, mesmo com o forte aperto monetário que se faz necessário, a nossa expectativa de crescimento do PIB é boa já que estimamos uma expansão econômica de 4,6% para 2011 e 5% para 2012 em diante.

*(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck –  
Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)*



## Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
			<b>R\$ MIL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>
<b>Disponível</b>	<b>906</b>	<b>Exigível operacional</b>	<b>192</b>
<b>Realizável</b>	<b>5.703</b>	Gestão previdencial	91
Gestão previdencial	58	Gestão administrativa	101
Investimentos	5.645		
Fundos de investimento	5.645		
<b>Permanente</b>	<b>101</b>	<b>Patrimônio social</b>	<b>6.518</b>
Diferido	101	Patrimônio de cobertura do plano	6.518
		Provisões matemáticas	6.518
		Benefícios a conceder	6.518
<b>Total do ativo</b>	<b>6.710</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>6.710</b>



**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - APCDPREV**

R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
<b>1. Ativos</b>	<b>6.609</b>
Disponível	906
Recebível	58
Investimento	5.645
Fundos de investimento	5.645
<b>2. Obrigações</b>	<b>91</b>
Operacional	91
<b>5. Ativo líquido (1-2)</b>	<b>6.518</b>
Provisões matemáticas	6.518

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (CONSOLIDADO)**

		R\$ MIL
DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL
	<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	<b>4.264</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>2.519</b>
(+)	Contribuições previdenciais	1.986
(+)	Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	374
(+)	Receitas administrativas	159
	<b>2. Destinações</b>	<b>266</b>
(-)	Benefícios	106
(-)	Despesas administrativas	159
	<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>2.254</b>
(+/-)	Provisões matemáticas	2.254
	<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>6.518</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)**

R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	-
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>159</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>159</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	37
Custeio administrativo dos investimentos	74
Outras receitas	48
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>159</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>97</b>
Pessoal e encargos	21
Viagens e estadias	0
Serviços de terceiros	69
Despesas gerais	7
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>62</b>
Serviços de terceiros	62
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2)	0
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	0
<b>B) Fundo administrativo (4) do final do exercício</b>	<b>0</b>



# Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(valores expressos em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPrev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida por estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, instituída pela Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCD e Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas – ABCD, instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cirurgiões Dentistas – APCDPrev.

O APCDPrev tem por objetivos principais a organização e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos Participantes e poderá aceitar doações, com ou sem encargos, e estabelecer acordos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus Participantes e comissões sobre a venda de coberturas de risco e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o APCDPrev não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

### 1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, regulamentada pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterada pela Resolução CNPC nº 01, de 03 de março de 2001, publicada em 16 de março de 2011.



A APCDPREV apresenta mensalmente balancetes, por planos de benefícios, do plano de gestão administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

### **1.3. Mudanças dos critérios e procedimentos contábeis**

A Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogou a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e entrou em vigor em 01 de janeiro de 2010. De acordo com a faculdade prevista nessa resolução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins de comparabilidade.

### **1.4. Sumário das principais práticas contábeis**

A contabilidade da APCDPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

A APCDPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no princípio da competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.



## **2. Demonstrações contábeis**

### **2.1. Balanço patrimonial**

#### **2.1.1. DISPONÍVEL**

A denominação disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta o saldo de R\$ 906 mil em depósitos no banco Itaú.

#### **2.1.2. REALIZÁVEL**

##### **2.1.2.1. Gestão previdencial**

Registra os adiantamentos de recursos para o PGA, bem como sua remuneração prevista em regulamento em 31 de dezembro, apresenta o saldo de R\$ 58 mil em 31 de dezembro.

##### **2.1.2.3. Investimentos**

A APCDPrev fez um resgate total em 02 de março de 2010 no Fundo Icatu Hartford REF. SELIC FI (CNPJ 06.024.728/0001-30) no valor de R\$ 4.299.196,31, portanto, na mesma data esse valor foi transferido integralmente para um novo fundo denominado IH FIC de FI Previdência Associativa Multimercado (CNPJ 11.046.243/0001-87). Em 31 de dezembro, a APCDPrev possui todos os seus investimentos em cotas do mesmo fundo, marcadas ao seu valor de mercado (MTM), conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em garantia das provisões matemáticas e fundos, apresentando a quantia de 5.165.970,93950281 cotas no valor de R\$ 1,09266928 cada, totalizando um saldo no valor de R\$ 5.644.697,75.

#### **2.1.3. PERMANENTE/INTANGÍVEL**

Registra as despesas da gestão administrativa que contribuirão para a formação de resultado de mais de um exercício social, tais como: organização e implantação da EFPC, instalações em imóveis de terceiros, reorganização de setores, desenvolvimento de sistemas, entre outros. Como a entidade encontra-se em fase de implantação e no esforço de venda de planos, as receitas administrativas são insuficientes à cobertura dos gastos incorridos. Desta forma, ao final de cada mês, os valores das despesas não cobertas pelas receitas são baixados da conta 4.2. Despesas administrativas e apropriadas na conta 1.3.2.1. Gastos com implantação e reorganização.



Em 31 de dezembro, apresenta os seguintes valores:

<b>PERMANENTE/INTANGÍVEL</b>	
	<b>R\$</b>
<b>Intangível</b>	<b>101</b>
<b>Gastos com implantação reorganização e desenvolvimento</b>	<b>101</b>
Pessoal e encargos	2
<b>Despesas gerais</b>	<b>7</b>
Serviço de terceiros	92

#### **2.1.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL**

##### **2.1.4.1. Gestão previdencial**

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco à Mongeral Aegon Seguros e Previdência no total de R\$ 90 mil em 31 de dezembro.

##### **2.1.4.2. Gestão administrativa**

Registra os compromissos a pagar assumidos pela EFPC relativos à gestão administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não repassadas, e ainda no que tange às receitas da gestão administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes. Em 31 de dezembro, apresenta os seguintes valores:

<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA (EFPC)</b>	
	<b>R\$</b>
Salários e encargos	4
Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda.	36
Adiantamento de contribuições	58
PIS/Cofins/TAFIC	1
Valores a identificar	1
<b>Total da gestão administrativa</b>	<b>101</b>



Adiantamento de contribuições representa os recursos do plano de benefícios previdenciários utilizados pelo plano de gestão administrativa para pagamento de suas despesas. O mesmo valor encontra-se consignado no realizável do plano previdencial, conforme descrito na nota 2.1.2.1.

#### **2.1.5.1. Patrimônio de cobertura do plano**

Registra o valor das provisões atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos Participantes do Plano de Benefícios APCDPREV.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva nota técnica atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de Participantes, os órgãos públicos e a própria APCDPREV. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresenta em 31 de dezembro o saldo de R\$ 6.518 mil consignados na conta de benefícios a conceder.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos Participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

### **3. Resultado das operações**

#### **3.1. Gestão previdencial**

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

#### **3.2. Plano de gestão administrativa**

O custeio das despesas administrativas da APCDPREV teve, como fontes de recursos, valores correspondentes à taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos Participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo plano de gestão administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre os programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares. Como a entidade encontra-se em fase de





implantação e no esforço de venda de planos, as receitas administrativas são insuficientes à cobertura dos gastos incorridos. Desta forma, ao final de cada mês, os valores das despesas não cobertas pelas receitas são baixados da conta 4.2. Despesas administrativas e apropriadas na conta 1.3.2.1. Gastos com implantação e reorganização.

### **3.2.1. OUTRAS RECEITAS**

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora Mongeral e durante o exercício apresentou acumulou R\$ 48 mil.

### **3.3. Fluxo de investimentos**

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas, é transferido integralmente para a gestão previdencial.

São Paulo, 31 de dezembro de 2010.

**Dr. Paulo Vianna Mesquita**

Diretor-Presidente

**João Laercio de Amorim**

Contador CRC-SC 017.046-O-2

## **Comentário final**

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios da APCDPrev acumulou no ano de 2010 retorno de 9,20%. Este resultado ficou em linha com o perfil de risco adotado ao longo do período; sendo que 90% dos recursos foram investidos em ativos de renda fixa, majoritariamente em títulos do Tesouro Nacional, e os demais 10% foram investidos em ativos de renda variável. Neste mesmo período, a rentabilidade da caderneta de poupança foi 6,81% e do IPCA foi de 5,91% no ano.



## 1. Entidade fechada de previdência complementar

Exercício: 2011

Data da aprovação pelo conselho deliberativo: 28/12/2010

Administrador estatutário tecnicamente qualificado: Adriano Albano Forghieri

Mecanismo de informação da política aos Participantes: relatório anual

## 2. Controle de riscos

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

### 2.1. Risco de crédito na diversificação por emissor

Em pessoas jurídicas ou conglomerados: 10%

Em Patrocinadoras e ligadas: 10%

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
Pessoa jurídica não financeira	10%	3%	0%
Instituição financeira	10%	3%	0%
FIDC	10%	3%	0%

## 3. Alocação dos recursos

SEGMENTO	CARTEIRA	MACRO ALOCAÇÃO 2011	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ALVO
Renda fixa	Duration curta (-3 anos) e baixo risco de crédito	0-100%	100%	65%
	Duration longa (+3 anos) e baixo risco de crédito	0-50%	100%	25%
	Duration curta (-3 anos) e médio e alto riscos de crédito	0-20%	20%	0%
	Duration longa (+3 anos) e médio e alto riscos de crédito	0%	20%	0%
Renda variável	Ações em mercado	0-20%	(*)	10%
	Participações	0%	20%	0%



SEGMENTO	CARTEIRA	MACRO ALOCAÇÃO 2011	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ALVO
Investimentos estruturados	Fundos de participações	0%	20%	0%
	Fundos de empresas emergentes	0%	20%	0%
	Fundos imobiliários	0%	10%	0%
	Fundos multimercados ( <i>hedge funds</i> )	0-10%	10%	0%
Imóveis	Diversos	0%	8%	0%
Investimentos no exterior	Diversos	0%	10%	0%
Operações com Participantes	Empréstimos a Participantes	0%	15%	0%
	Outros	0%	10%	0%

(\*)De 35% a 70% de acordo com o segmento da BM&FBovespa, conforme previsto na Resolução CMN 3.792.

#### 4. Cenário macroeconômico

O cenário utilizado como pano de fundo para as expectativas de retorno foi determinado para os planos com o auxílio de consultores externos.

#### 5. Alterações no regulamento do plano

Não houve alteração no regulamento do plano. O regulamento vigente do plano está disponível para consulta no site [www.apcdprev.org.br](http://www.apcdprev.org.br), no menu principal, clicando em “Institucional” e, em seguida, em “Documentos”.



## Resumo das informações do demonstrativo de investimentos

O Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

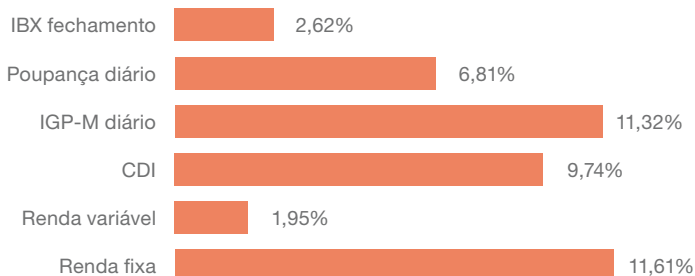
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ) que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/10 estavam aplicados, conforme quadro abaixo:

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO	2010		2009	
Renda variável	R\$ 530,04	9,39%	R\$ 0,00	0%
Renda fixa	R\$ 5.114,66	90,61%	R\$ 3.996,00	100%
<b>Total</b>	<b>R\$ 5.644,70</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 3.996,00</b>	<b>100%</b>

### RENTABILIDADE ACUMULADA \_ JAN/10 A DEZ/10





## **Aos Participantes e Administradores do Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV**

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, consolidado e do plano de benefício, e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da entidade, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



### **Base para “opinião com ressalva”**

Conforme nota explicativa nº 7, a administração do fundo optou em registrar o montante de R\$ 101 mil na rubrica contábil de diferido os gastos com despesas administrativas ocorridos durante o exercício. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) determinam o seu registro nas despesas administrativas no resultado do exercício do plano de gestão administrativa. Consequentemente, o plano de gestão administrativa está subavaliado e o balanço patrimonial superavaliado em R\$ 101 mil.

### **Opinião**

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no item “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV, em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

### **Ênfase**

#### **APRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) foram alteradas a partir de 2010. De acordo com a faculdade prevista nessa resolução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins de comparabilidade.

São Paulo, 14 de março de 2011.

**Mateus de Lima Soares**

Sócio-contador

CRC 1RJ079681/O-0 “S” SP

**BDO Auditores Independentes**

CRC 2SP013439/O-5



## Plano de Benefícios APCDPrev

### Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPrev

#### 1. Objetivo

O presente documento tem como objetivo o atendimento à Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 que, em seu Artigo 4º, estabelece o envio de parecer atuarial anual relativo aos planos de benefícios previdenciários à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em consonância à Instrução nº 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da avaliação atuarial.

Assim, com a finalidade de se apresentar tais fatores, bem como os resultados apurados pela avaliação atuarial, em 31/12/2010, realizada junto ao Plano de Benefícios APCDPrev, administrado pelo Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPrev, este parecer apresenta a seguinte estrutura de itens a serem abordados:

- Base cadastral;
- Hipóteses atuariais;
- Provisões matemáticas; e
- Resultados da avaliação atuarial.

#### 2. Base cadastral

As informações referentes aos Participantes Ativos, Assistidos e pensionistas para a avaliação atuarial, nos foram enviadas em arquivo magnético pela STOCK & INFO, com data-base em 31/12/2010 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a avaliação atuarial referente ao exercício financeiro de 2010. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela Data A Contabilidade, em 23 de fevereiro de 2011.

Analisando as informações encaminhadas, se verificou um aumento de 8,30% no número de Participantes Ativos em relação ao ano anterior. O Plano APCDPrev não possui Assistidos e/ou beneficiários em gozo de benefício.



### 3. Hipóteses atuariais

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. O anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de Participantes e Assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Data A Consultoria realizou um o estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano de Benefícios APCDPREV, e o apresentou através do relatório de hipóteses atuariais. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da entidade quanto às referidas hipóteses.

Sendo assim, com base na referida manifestação, seguem abaixo as premissas adotadas para a avaliação atuarial de 2010 que passarão a vigorar a partir de 1º de abril de 2011, e que serão apresentadas no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

Hipóteses adotadas para a avaliação atuarial - 2010:

- a. Taxa de juros: 0,00% a.a.;
- b. Tábua de mortalidade geral: AT – 2000; e
- c. Tábua de mortalidade de inválidos: AT – 2000.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

### 4. Provisões matemáticas

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das provisões matemáticas do Plano de Benefícios APCDPREV em 31/12/2008 e 31/12/2009, para fins de comparação, e 31/12/2010, data-base da avaliação atuarial a que se refere o presente parecer.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	2008	2009	2010
Ativo líquido	R\$ 2.166.159,64	R\$ 4.264.468,97	R\$ 6.518.342,78
Provisões matemáticas	R\$ 2.166.159,64	R\$ 4.264.468,97	R\$ 6.518.342,78
Benefícios concedidos	R\$ 2.166.159,64	R\$ 4.264.468,97	R\$ 6.518.342,78
Benefícios a conceder	R\$ 2.166.159,64	R\$ 4.264.468,97	R\$ 6.518.342,78





EXERCÍCIO FINANCEIRO	2008	2009	2010
<b>Provisões matemáticas a constituir</b>	-	-	-
(-) Serviço passado	-	-	-
(-) Déficit equacionado	-	-	-
<b>Resultado realizado</b>	-	-	-
Superávit técnico acumulado	-	-	-
Reserva de contingência	-	-	-
Reserva para revisão do plano	-	-	-
(-) Déficit técnico acumulado	-	-	-

## 5. Resultados da avaliação atuarial

### 5.1. RESULTADO ATUARIAL

A situação atuarial do Plano de Benefícios APCDPREV, administrado pela APCDPREV, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2010, resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus Participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em nota técnica atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste parecer foram avaliadas por nossa consultoria atuarial e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela Data A Contabilidade referente à data-base 31/12/2010.

### 5.2. RENTABILIDADE DO PLANO

A partir do histórico das cotas Plano APCDPREV, no período que compreende os meses de setembro de 2007 a dezembro de 2010, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 31,71%. Analisando apenas o ano de 2010, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 8,74%.

### 5.3. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Foi realizado também um estudo com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo da entidade com relação ao Plano de Benefícios APCDPREV.



Para isso, foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de agosto de 2007 a dezembro de 2010.

Observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 8.157,10, e uma receita administrativa média de R\$ 7.808,05 alcançada pela aplicação da taxa de carregamento de 2,00% sobre as contribuições básicas, bem como da receita oriunda do rebate dos benefícios de risco cobertos pela seguradora contratada.

Observando o último exercício, a receita administrativa média foi de R\$ 13.277,49 e a despesa administrativa média de R\$ 14.470,07.

Analisando o balancete de 12/10 da entidade, não detectamos o registro contábil do fundo administrativo.

#### **5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o exposto no presente parecer, se conclui que o Plano de Benefícios APCDPREV encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro.

Florianópolis, 04 de março de 2011.

**Guilherme Walter**

Atuário MIBA nº 2.091

Data A Consultoria S/S Ltda.

**Karen Tressino**

Atuária MIBA nº 1.123

Data A Consultoria S/S Ltda.



O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no Art. 42 do estatuto, em reunião ordinária, realizada em 28 de abril de 2011, analisou os relatórios da auditoria independente e as demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e constatou-se que foram praticados com os princípios gerais de governança, aos preceitos da legislação e ao estatuto da entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o conselho fiscal concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – exercício do ano de 2010, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPrev.

São Paulo, 28 de abril de 2011.

**Plínio Moroni**  
Conselheiro Titular

## 8 Manifestação do Conselho Deliberativo



Quanto às demonstrações contábeis e de resultado da APCDPREV referente ao exercício de 2010:

Em reunião de 28 de abril de 2011, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multi-instituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCPREV, no uso das competências de que trata o Art. 32 do estatuto da entidade, examinou as demonstrações contábeis e de resultado da APCDPREV, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no parecer dos auditores independentes, no parecer do conselho fiscal e nas demonstrações contábeis, o conselho deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da APCDPREV e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010.

São Paulo, 28 de abril de 2011.

**Raphael Baldacci Filho**

Presidente do Conselho Deliberativo

PARCEIROS

**Icatu**  

---

**SEGUROS**

  
**MONGERAL**  
**SEGON**  
seguros e previdência